manchete

Água & Ambiente	Periodicidade: Mensal	Temática: Ambiente
	Classe: Ambiente	Dimensão: 537 cm^2
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
01-10-2017	Tiragem: 4000	Página (s): 35

OPINIÃO

VALORIZAÇÃO DA FRAÇÃO-RESTO, UMA OPÇÃO INADIÁVEL

FERNANDO LEITE
Administrador-Delegado da LIPOR

Num recente seminário realizado em Madrid, Rafael Guinea, Diretor Geral do Sistema de Gestão de Resíduos da Ilha de Maiorca (Espanha) e importante especialista naquele setor, afirmou que, em 2016 e em Espanha, 55% de resíduos urbanos produzidos foram depositados em aterro.

Perante tal afirmação, que não espantou nenhum dos cerca de 200 assistentes ao evento, dei comigo a pensar em como aquela constatação tem tanta semelhança com o que acontece hoje em Portugal.

E Rafael Guinea, na continuação da sua conferência, apontou o imobilismo de quem tem de tomar decisões como a causa primeira para este paradoxo, de uma Europa a caminhar para uma estratégia "zero resíduos em aterro", e países que persistem em enormes quantidades de resíduos ainda sem uma valorização útil para a economia real.

Mais à frente na sua intervenção, Rafael questionava que significado teria para países como Espanha, Portugal, Hungria, República Checa e outros, discutir a Comunicação da Comissão Europeia de 26 de janeiro de 2017, quando os problemas da deposição de resíduos (brutos ou fração-resto) em aterro são os que todos conhecemos?

Parece por demais evidente que a Comunicação da Comissão Europeia sobre o papel da valorização energética (WtE) na Economia Circular, está especialmente orientada para os países do Norte da Europa e, como bem diz Rafael Guinea, numa avaliação "especialmente centrada na questão da energia".

Poderá haver, e isso é constatável, uma sobrecapacidade de valorização energética de resíduos no Norte e Centro da Europa, sabendo-se do exemplo da Suécia, onde se estão a construir mais Centrais de Valorização Energética do que as necessárias para a correta gestão dos resíduos daquele país.

Ora isto acontece porque, ao invés de comprarem combustíveis fósseis para produzirem a energia de que precisam, os municípios suecos utilizam – e em nosso entender muito bem – os resíduos não recicláveis gerados localmente como combustível, valorizando-os energeticamente.

E o que é que esta prosa tem que ver com Portugal?

Persistindo no nosso país a "pressão" de quantidades apreciáveis de fração-resto a afluir aos aterros sanitários existentes, persistindo os problemas que todos conhecemos com as questões da qualidade dos materiais produzidos nos TMB, que não são, nem serão no futuro, atrativos para uma indústria de reciclagem que pretende, e bem, apostar em qualidade, não vejo alternativa que não seja uma corajosa, mas consequente, definição de um enquadramento para que a valorização energética dessa fração-resto seja uma realidade em Portugal.

A solução deve, e está por demais demonstrado que terá de ser, encontrada no seio dos próprios sistemas de gestão de resíduos (SGR). São eles os "produtores" da fração-resto, são eles que estão com a capacidade dos aterros a ficar esgotada, são eles (o lado da procura) que terão de encontrar o entendimento para criar as necessárias soluções de valorização energética (o lado da oferta) de que Portugal carece.

A SOLUÇÃO DEVE, E ESTÁ POR DEMAIS DEMONSTRADO QUE TERÁ DE SER, ENCONTRADA NO SEIO DOS PRÓPRIOS SISTEMAS DE GESTÃO DE RESÍDUOS

O meu repto é para a ESGRA, da qual honrosamente a LIPOR faz parte. Vamos nós (os SGR) resolver o nosso problema, criando uma solução em Portugal e rejeitando algo que a Europa a breve prazo nos pode "impor": a exportação (e a que custo?) de resíduos para alimentar as Centrais de Valorização Energética que por lá se vão construindo.